

Carta da Editora

Estimados leitores e leitoras,

Iniciamos o ano lhes oferecendo mais um número da Revista de Educação Pública. Coetâneo aos desafios que irrompem nos espaços e tempos por nós vivenciados, este número publica resultados de pesquisas caracterizadas pela multirreferencialidade teórica e por multiplicidade e profundidade metodológica, assumindo o campo científico da educação como lugar de engajamento na luta por justiça social e por políticas públicas, de responsabilidade ambiental e de reconhecimento de múltiplas identidades, sejam elas culturais ou geracionais.

No elenco de artigos, encontramos rigorosos exemplos de pesquisa narrativa, pesquisa intervenção, história de vida, observação participante, conversação de orientação psicanalítica, análise de dados estatísticos e de práticas discursivas; entrevistas estruturadas e semiestruturadas; uso de questionários, fontes impressas; e de caderno de campo na coleta de dados; e, excepcionalmente, pesquisa etnográfica. Todos caracterizando abordagens qualitativas de metodologia de pesquisa em educação.

Com teorias e teóricos tradicionalmente reconhecidos no campo da educação – as primeiras podendo ser exemplificadas com o materialismo histórico-dialético e com abordagens pós-estruturalistas, os segundos, por teóricos, tais como Karl Marx, Pierre Bourdieu e John Dewey, entre outros –, as pesquisas, cada uma a seu modo, estabelecem recortes em processos de ensino e de aprendizagem que vão além de fronteiras institucionais entre escolas, educação e sociedade, destacando a produção de conhecimento a partir da experiência. Fazem isto, por exemplo, ao delimitar o trabalho em escolas de samba como espaço educativo e de ensino/aprendizagem, articulando, simultaneamente, produção cultural e produção material, saberes populares e conhecimentos científicos, e, com isso, sistematizando e divulgando os conhecimentos e a cultura afro-brasileira.

Nas pesquisas, processos de ensino-aprendizagem são tomados de modo horizontalizado, destacando-se a centralidade do diálogo na criação de políticas que valorizam especificidades socioambientais e valores pedagógicos locais. Na perspectiva da horizontalidade, o ambiente dialógico não é concebido sob a ótica de uma igualdade objetiva, mas entendido como ambiente de tensão constitutiva. Nesse, presume-se o enfrentamento de assimetrias de poder e colocam-se em pauta a participação e as diferenças culturais.

Ao problematizar a condição social da chamada geração *nem nem*, uma das pesquisas questiona o lugar reservado a uma geração na sociedade capitalista, superando análises das teorias e ideologias do capital humano, do empreendedorismo e da meritocracia, fornecendo, assim, um olhar crítico para a condição em que se encontram as novas gerações.

Entre as pesquisas, encontramos aquelas que analisam políticas públicas, abarcando estudos de projetos de inclusão e de programas, tais como o ProFEA e o Profmat, respectivamente, Programa de Formação de Educadores Ambientais e Programa de Formação de Professores para a Educação Básica. Na análise do ProFEA, pesquisadores demandam a criação de políticas de educação ambiental em esferas públicas, de modo a institucionalizá-las como políticas de Estado, considerando-se dimensões institucional, política e subjetiva. E na análise do Profmat, problematizam o mestrado profissional como política de formação de professores para a educação básica, indicando seus limites e fornecendo elementos para que se redefina o Programa em curto prazo.

As pesquisadoras que analisam projetos de inclusão consideram a inclusão escolar de crianças com transtorno global de desenvolvimento, com dificuldades severas de aprendizagem e deficientes intelectuais. Na perspectiva da defesa dos Direitos Humanos e da construção de uma sociedade mais democrática, as pesquisadoras põem em foco a experiência docente, defendem a inclusão social e da pessoa, consideram que o convívio com a diferença é uma contribuição para todos e perguntam sobre a formação de professores necessária à inclusão.

Nas pesquisas de cunho histórico, encontramos a delimitação de um objeto de estudo em âmbito internacional, situado na América Latina, que problematiza a relação entre movimentos sociais e escolarização, com foco na educação do campo. Ainda em pesquisas de cunho histórico, temos a felicidade de publicar um estudo que analisa conexões entre São Paulo e Cuiabá em tempos idos, limiares de invenção de princípios republicanos no Brasil. Nessa, estabelecem-se conexões entre criação da república, escolarização e projeto civilizatório.

Uma das pesquisas retoma um tema caro à educação, a avaliação dos alunos pelos professores. A delimitação se dá em um espaço coletivo, o Conselho de Classe, o que torna os resultados da pesquisa ainda mais significativos. Entre esses, a reprovação é evidenciada como um modo legítimo de exclusão de alunos indesejáveis à escola e a classificação escolar reconhecida como sendo feita com base em uma classificação social de cunho moralista, questionando radicalmente os discursos meritocráticos, tão em voga em políticas contemporâneas.

Por fim, podemos dizer que os artigos publicados no número 58 da Revista de Educação Pública dão um passo à frente na compreensão do lugar que a educação, de um modo geral, e a escola pública, de modo especial, ocupam na sociedade. Assim, este número vem fortalecer a identidade desta Revista. É, portanto, com a perspectiva de um ano vindouro, o *ano da misericórdia*, repleto de realizações, que convidamos todos e todas à leitura.